

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	TEORIA DA DECISÃO								
DOCENTE	DANIELLE RACHED								
CÓDIGO	GRDDIR019	SEMESTRE	2021.1	PERÍODO	3º	NATUREZA	OBRIGATÓRIA	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA		O Direito e suas consequências; Diferentes posturas consequencialistas; Estrutura e dimensões do raciocínio consequencialista; Consequencialismo e Estado de Direito; Lidando com os problemas de racionalidade: modelos de tomada de decisão racional sob condições de certeza, risco e incerteza. Propensão e aversão ao risco; Da decisão individual à decisão interativa: Teoria dos jogos; Racionalidade limitada e limites à internalização de pressupostos maximizadores na decisão jurídica; Limites institucionais para a operacionalização de teorias decisórias no direito: as consequências do consequencialismo judicial.	
OBJETIVOS		Desenvolver reflexões sobre os limites e possibilidades de se pensar o direito (mais especificamente os processos de produção e aplicação de normas jurídicas) a partir de suas consequências.	
METODOLOGIA		Buscar-se-á permanentemente o desenvolvimento de raciocínio nos alunos, estimulando as suas capacidades analíticas, críticas e a habilidade de percepção da relação entre as discussões teóricas apresentadas em sala de aula e a realidade do direito. As aulas quase que em sua integralidade se desenvolverão a partir de casos e interações, a partir de perguntas, entre alunos e entre esses e o professor serão estimuladas. Nas partes dedicadas a explorar os potenciais da teoria da escolha racional e da teoria dos jogos para modelar e conduzir processos jurídicos de tomada de decisão serão realizados exercícios e atividades em grupo podem ser sugeridas.	
HABILIDADES	Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
		X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
		X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
		X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
		X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
			Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
		X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
		X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
		X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
			Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
			Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
			Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
		X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
			Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
		X	Outras: Oferecer ferramentas metódicas úteis para orientar procedimentos de justificação orientados nos efeitos de normas e decisões jurídicas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
AULA		TEMA	
1		Apresentação da disciplina. Metodologia. Avaliação. Leituras	
2		O Direito e suas consequências	
3		Consequencialismo e Estado de Direito	
4		Diferentes posturas consequencialistas	
5		Estrutura e dimensões do raciocínio consequencialista	
6		Lidando com os problemas de racionalidade: modelos de tomada de decisão racional sob condições de certeza, risco e incerteza	
7		Lidando com os problemas de racionalidade: modelos de tomada de decisão racional sob condições de certeza, risco e incerteza II. Propensão e aversão ao risco	
8		Da decisão individual à decisão interativa: Teoria dos jogos. Estrutura e conceitos de solução	
9		Da decisão individual à decisão interativa: Teoria dos jogos. Dominância	

10	Da decisão individual à decisão interativa: Teoria dos jogos. Equilíbrio de Nash
11	Tomada de decisão sob condições de ignorância
12	Racionalidade limitada e limites à internalização de pressupostos maximizadores na decisão jurídica
13	Heurísticas e o papel do direito como neutralizador de vieses cognitivos
14	Limites institucionais para a operacionalização de teorias decisórias no direito: as consequências do consequentialismo judicial
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Serão realizadas duas provas durante o semestre. Pelo menos uma das avaliações será realizada com consulta aos textos da disciplina.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	BAIRD, Douglas G., GERTNER, Robert H. e PICKER, Randal C. Game Theory and the Law. 5a. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1998. SUNSTEIN, Cass R. Deve o Formalismo ser Defendido Empiricamente? In: José R. Rodriguez (Org.). O Formalismo Jurídico em Debate. São Paulo: Saraiva, 2011, pp. 201-236. SCHUARTZ, Luis Fernando. Consequencialismo jurídico, racionalidade decisória e malandragem, in: Revista de Direito Administrativo, nº 248, pp. 130-158. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	FALCÃO, Joaquim, SCHUARTZ, Luis Fernando e WERNECK, Diego. Jurisdição, incerteza e Estado de Direito, in: Revista de Direito Administrativo vol. 243 (2006), pp. 79-112. GUTHRIE, C; RACHLINSKI, J; WISTRICH, A. Blinking on the Bench: How Judges Decide Cases . Cornell Law Faculty Publications, Vol. 93, Paper 917, 2007. JACKSON, Howell E. et al., Analytical Methods for Lawyers. New York: Foundation Press, 2003. KAHNEMAN, D. Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar . RJ, 2012. MacCORMICK, Neil, On Legal Decisions and Their Consequences: From Dewey to Dworkin, in: New York University Law Review 58 (1983), pp. 239-258. (Disponível em: https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/nylr58&id=260&men_tab=srchresults)